

O teste nas escolas estaduais une o BID e o Insper



Experimento privatizante

EDUCAÇÃO Especialistas criticam o projeto paulista para reduzir a evasão escolar

POR CAROL SCORCE

A rede pública do estado de São Paulo acolhe 84% dos estudantes do ensino médio, aproximadamente 1,6 milhão de alunos, segundo o Censo de 2016 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desses, ao menos um quarto não conclui os estudos. O

fantasma da evasão escolar assombra a gestão pública há décadas, nunca como ponto pacífico entre educadores, pesquisadores, governos e entidades privadas.

Sob a justificativa de combater esse velho problema social, a Secretaria da Educação abriu consulta pública para uma proposta de privatização parcial da gestão de 61 escolas em áreas de

vulnerabilidade na região metropolitana da cidade de São Paulo, o chamado Contrato de Impacto Social (CIS).

A proposta de Parceria Público-Privada do governo paulista traz a incerta novidade de transformar os estudantes da rede estadual em experimentos de indicadores sociais a serviço de entidades privadas.

A ideia é contratar via licitação empresas que reduzam em 7%, no intervalo de quatro anos, as taxas de reprovação nas escolas estaduais contempladas em comparação com outras 61 escolas de perfil semelhante que comporão o chamado grupo de controle.

O agente privado receberá por resultados e poderá receber até 17,7 milhões de reais pelo serviço. Na equipe de trabalho sugerida pelo edital consta, além da estrutura privada de administração

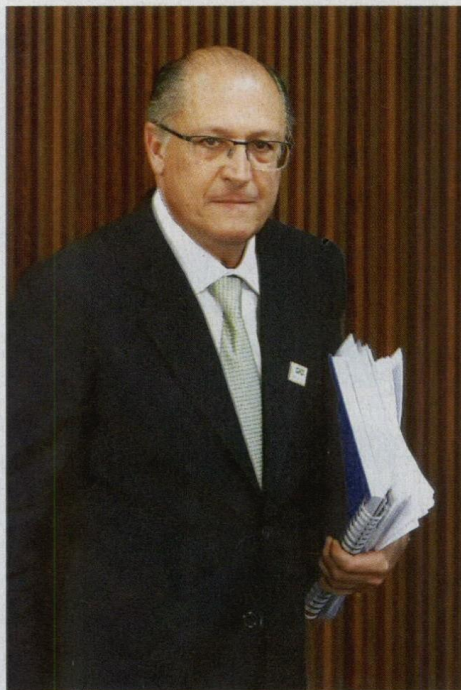
Seu País

e coordenação do projeto, a contratação terceirizada de coordenadores pedagógicos e educadores, responsáveis pela implementação do programa. Não haverá nenhum aporte extra nos projetos.

O CIS é um projeto da coalizão entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a ONG britânica Social Finance e o Insper, este por meio da Insper Metricis, além da própria secretaria. “Tais programas, longe de enfrentar o problema da qualidade da escola pública, têm aumentado o fosso das desigualdades educacionais no estado. A leitura da proposta de edital nos leva a questionar em que medida reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho no ensino médio são de fato as preocupações da nova política”, afirma Fernando Cássio, professor da Universidade Federal do ABC e pesquisador da Rede Escola Pública e Universidade e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes).

Nesse contexto, impactos sociais são os investimentos que criem estímulos econômicos para o mercado investir em atividades com potencial de produzir ganhos sociais relevantes e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de gerar retorno financeiro para os investidores. “Em outras palavras, trata-se de alienar os direitos sociais e as responsabilidades do Estado com a educação em um generoso balcão de negócios, formalizando a sujeição da educação pública à lógica da *venture philanthropy* (*filantropia de risco*)”, avalia Theresa Adrião, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional da **Unicamp**.

A secretaria, que não atendeu aos pedidos de informação de *CartaCapital*, elegerá 122 unidades escolares com alto grau de evasão e baixo rendimento escolar. Elas serão divididas em dois grupos: as escolas de tratamento, gerenciadas pelo agente privado selecionado, e as escolas de controle, não alcançadas pelo experimento. Assim o governo



estabelece regras contratuais de melhoria para aquelas em situação de vulnerabilidade e exclui, de forma deliberada, outras 61 unidades na mesma condição.

“E se o Estado decidisse assegurar às escolas do grupo de controle iguais condições na disputa? E se investisse em seus projetos político-pedagógicos, na melhora das condições de gestão, igualmente com a contratação de supervisores e educadores adicionais que trabalhariam para reduzir as taxas de reprovação e evasão? Estaria violando o contrato ao interferir no grupo de controle?”, pergunta Salomão Ximenes, também professor da UFABC e pesquisador do Cedes.

Cada escola vai indicar um funcionário para acompanhar os empreendedores. Em uma mesma escola existirão,

Reduzir em até 7% a reprovação renderá até 17,7 milhões de reais à contratada

Responsabilidade terceirizada.

Em vez de propiciar condições aos gestores públicos, Alckmin vai contratar administradores privados

portanto, dois modelos de ensino: um oferecido pelos professores da rede pública, baseado no currículo oficial do estado, e, conforme a dificuldade dos alunos, outro que vai orientar a ação da equipe externa.

Fica a dúvida: até que ponto um investidor, ao assumir o risco de perdas financeiras, respeitará os termos dos projetos político-pedagógicos das escolas, especialmente se as metas estiverem em risco? Segundo o pesquisador Silvio Carneiro, a proposta apresenta termos muito genéricos de proteção dos gestores e professores da escola, o que indica a possibilidade de submissão da comunidade escolar às metas perseguidas pelo agente privado. “Logo, o controle recairá sempre sobre o trabalho escolar, e jamais sobre o gestor privado, cuja meta maior é não levar prejuízo.”

Quando a necessária melhora dos indicadores educacionais é assentada apenas na competitividade entre as escolas geridas pelo poder público e aquelas administradas pelo setor privado, nutridas pela lógica do mercado, a concorrência será sempre desleal, por conta da assimetria na destinação de recursos adicionais aos dois grupos. Tudo isso só leva água para o moinho das teses de que a educação básica pública será sempre de qualidade inferior.

Os pesquisadores consultados por *CartaCapital* consideram perverso que o estado deixe de investir em políticas públicas e prefira fugir da responsabilidade de garantir o direito à educação. E utilize deliberadamente recursos para produzir, de um lado, desigualdades planejadas e, de outro, o lucro privado. •